

**Projeto político-pedagógico: análise da efetivação da inclusão em escolas municipais do
Rio de Janeiro**

**Political-pedagogical project: analysis of the effectiveness of inclusion in Rio de Janeiro
municipal schools**

**Proyecto político-pedagógico: análisis de la efectividad de la inclusión en las escuelas
municipales de Río de Janeiro**

Recebido: 23/10/2019 | Revisado: 25/10/2019 | Aceito: 25/10/2019 | Publicado: 31/10/2019

Ana Lúcia Costa do Nascimento

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6056-2820>

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

E-mail: anacosta@letras.ufrj.br

Artur Maciel de Oliveira Neto

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7063-2204>

Centro Estadual de Capacitação de Educadores e Atendimento ao Surdo, Brasil

E-mail: oliveiraneto.a.m@gmail.com

Resumo

O presente trabalho constitui-se como parte de uma pesquisa que analisa alguns aspectos da inclusão das pessoas com deficiência na sociedade a qual vivem. Nossa pesquisa tem por objetivo analisar as questões referentes ao papel do Projeto Político-Pedagógico (PPP) na inclusão do sujeito com deficiência, analisamos ainda o processo de elaboração e implementação do mesmo, enfatizando a participação dos diversos segmentos que compõem a comunidade escolar no processo de elaboração, implementação e avaliação do PPP nas escolas da rede municipal de ensino localizado no município do Rio de Janeiro. Através de entrevistas semiestruturadas e análise documental, procuramos identificar a problemática da existência e vitalidade do PPP no concreto das escolas municipais do Rio de Janeiro. Após análise documental e nos discursos das entrevistadas, concluímos que existe uma centralização na tomada de decisões na maioria das escolas observadas e o que nos permitiu chegar a tal conclusão foram às falas dos próprios sujeitos e a realidade do cotidiano que mostraram a ausência de uma democracia de fato.

Palavras-chave: Participação; Direitos; Escola.

Abstract

The present work is part of a research that analyzes some aspects of the inclusion of people with disabilities in the society they live. Our research aims to analyze the issues related to the role of the Political-Pedagogical Project (PPP) in the inclusion of the subject with disabilities, we also analyze the process of its elaboration and implementation, emphasizing the participation of the various segments that make up the school community in the process. of PPP elaboration, implementation and evaluation in the schools of the municipal education system located in the city of Rio de Janeiro. Through semi-structured interviews and document analysis, we sought to identify the issue of the existence and vitality of PPP in the concrete of Rio de Janeiro's municipal schools. After documentary analysis and the speeches of the interviewees, we concluded that there is a centralization in decision making in most of the schools observed and what allowed us to reach such a conclusion were the speeches of the subjects themselves and the reality of daily life that showed the absence of a democracy. indeed.

Keywords: Participation; Rights; School.

Resumen

El presente trabajo es parte de una investigación que analiza algunos aspectos de la inclusión de las personas con discapacidad en la sociedad en la que viven. Nuestra investigación tiene como objetivo analizar los temas relacionados con el papel del Proyecto Político-Pedagógico (PPP) en la inclusión del sujeto con discapacidad, también analizamos el proceso de su elaboración e implementación, enfatizando la participación de los diversos segmentos que conforman la comunidad escolar en el proceso. de elaboración, implementación y evaluación de APP en las escuelas del sistema educativo municipal ubicado en la ciudad de Río de Janeiro. A través de entrevistas semiestructuradas y análisis de documentos, buscamos identificar el problema de la existencia y vitalidad de PPP en el concreto de las escuelas municipales de Río de Janeiro. Después del análisis documental y los discursos de los entrevistados, concluimos que existe una centralización en la toma de decisiones en la mayoría de las escuelas observadas y lo que nos permitió llegar a tal conclusión fueron los discursos de los sujetos mismos y la realidad de la vida cotidiana que mostró la ausencia de una democracia. de hecho.

Palabras clave: Participación; Derechos; Escuela

1. Introdução

O Projeto Político-Pedagógico não representa mais um documento para a escola, pois, de acordo com Vasconcellos (2017), o PPP, age na tentativa de ressignificar coletivamente valores humanista, científico e emancipador regentes na democratização da gestão. Neste sentido a atual LDBEN em seus artigos de 12º a 14º legisla sobre a existência do PPP e, coloca-o no centro da dinamização do processo educativo da escola. Visto que as discussões e os debates sobre a democratização da escola trazem à tona a necessidade de se rever os pilares de uma gestão democrática (Conselho escolar e o Projeto Político-Pedagógico). Em meio a estas discussões, o Projeto Político-Pedagógico (PPP) configura-se, enquanto dinâmica processual desencadeado ao longo da década de 1990, quando os educadores e suas entidade representativa desenvolveram intensas ações e proposições para a democratização da escola pública brasileira, por isso o PPP vem sendo considerado como elemento fundamental para a construção da identidade da escola e da efetiva participação de todos os sujeitos envolvidos na escola. A elaboração do Projeto Político-Pedagógica “parte dos princípios de igualdade, qualidade, liberdade, gestão democrática e valorização do magistério” (Veiga, 2016, p.22), sendo uma ação consciente e organizada.

Tendo em vista o ensino do município do Rio de Janeiro, o atual Plano de Educação tematiza o PPP inscrevendo-o como processo a partir do qual a escola pública enseja passos em direção à construção da sua autonomia. Nossa pesquisa tem por objetivo analisar as questões referentes ao papel do Projeto Político-Pedagógico (PPP) na inclusão do sujeito com deficiência, analisamos ainda o processo de elaboração e implementação do mesmo, enfatizando a participação dos diversos segmentos que compõem a comunidade escolar no processo de elaboração, implementação e avaliação do PPP nas escolas da rede municipal de ensino localizado no município do Rio de Janeiro.

Esta escola ao elaborar o seu Projeto Político-Pedagógico deve levar em consideração como nos diz Cabral (2014, p.24) as diretrizes curriculares nacionais, mas não devem ficar restritas a elas. A autonomia da elaboração do projeto, apesar dos limites impostos pela atual política da SEDUC-PE/MEC, precisa ser exercida. O PPP deve estar em consonância com o ideal de uma gestão democrática de ensino e de uma qualidade de ensino (França, 2018). Porém entre o mundo ideal (a ser alcançado) e a realidade vigente no município do Rio de Janeiro, há um grande caminho que desejamos percorrer. Aqui está a questão principal na qual este projeto se auto justifica, ou seja, a problemática da existência do PPP e da garantia da inclusão dos alunos com deficiência no concreto das escolas municipais do Rio de Janeiro.

A investigação científica sobre esta problemática constitui-se num necessário processo para a consolidação epistemológica acerca do PPP. Por outro lado, este mesmo processo de investigação insere-se na linha das exigências que hoje são postas para a formação do educador no sentido de o seu futuro profissional da educação apropriar-se não somente da competência técnica para o exercício do seu ofício educativo como, também, apropriar-se e desenvolver a competência política sem a qual sua atuação ficará incompleta ou insuficiente. Esta possibilidade de investigação insere-se num processo mais amplo de discussão sobre o tema da democratização da gestão da escola de modo que este se constitui em importante tema de pesquisa subsidiando a reflexão e as análises acerca da gestão escolar democrática. Pois o Projeto Político-Pedagógico vai além de um simples agrupamento de planos de ensino e atividades diversas. Não é algo a ser construído e em seguida ser arquivado, ou quando muito, enviado para as autoridades competentes de ensino. Ele deve ser construído e evidenciado em todos os momentos e por todos os envolvidos no processo de elaboração do projeto, implicando, dessa maneira, em avaliação e aperfeiçoamento permanentes.

A escolha do tema desta pesquisa se justifica por diversas variáveis que perpassam aspectos, tais como: qualidade de ensino, inclusão social, legislação, democratização da gestão e a problemática da existência e vitalidade do PPP no concreto das unidades escolares estaduais da RMR. Estamos vivendo um contexto, no qual a sociedade exige uma escola ativa, inclusiva, dinâmica e aberta à comunidade, por esse motivo é necessária uma escola que desenvolva uma cultura de participação, a qual todos os atores escolares possam contribuir para a melhoria do ensino. A escola é um local de interação e essa participação na escola pode ser entendida como referência para a construção de um PPP democrático enriquecendo o processo de tomada de decisões. Então na organização das escolas de hoje, enxerga-se o PPP como uma contribuição na melhoria da qualidade do ensino, já que este exige novas posturas, novas responsabilidades de todos os que nela intervêm, quer sejam professores, pais, alunos ou a comunidade em si.

Nesse sentido, a escola prescrita pela Lei de Diretrizes e Bases do Ensino Nacional nº.9.394/1996 assinala uma mudança, ruptura no sistema tradicional de ensino, já que este possui uma herança positivista que está longe de ser coerente com as reais necessidades de todos os participantes do cotidiano escolar. Assim pretende-se desenvolver uma escola que seja capaz de partilhar a educação com a família, pois esta é a principal responsável pela educação; juntamente com os docentes e funcionários, ou seja, com os que

participam interna ou externamente deste ambiente. A inclusão efetivamente na gestão democrática rompe a verticalidade absoluta dos poderes autoritários, reconhecendo que os atores sociais são mais do que titular de direito, são criadores de novos direitos e novos espaços para expressão de tais direitos. Porém, infelizmente basta olharmos em volta para vermos como as raízes autoritárias e elitistas ainda permanecem sólidas em muitas das escolas pesquisadas. No campo pesquisado da cidade do Rio de Janeiro ainda existe uma verticalidade nítida dos poderes autoritários, e a inclusão apesar de expressa em discursos não faz parte do cotidiano de muitas escolas analisadas.

2. Projeto Político Pedagógico: Efetivando a inclusão através da gestão democrática

Considerando que a história das políticas públicas educacionais está marcada pelo movimento de centralização/descentralização do ensino. Podemos notar, no entanto, que muitas das iniciativas governamentais de descentralizar/municipalizar foram, na verdade, uma forma de centralizar as decisões ditas importantes e de descomprometimento com a educação básica. No final da década de 70 e início da década de 80, com o esgotamento do período militar, iniciou-se um processo de redemocratização e de reconquista dos espaços políticos que a sociedade civil havia perdido. A Constituição Federal (1988) traz em seu texto o princípio da gestão democrática no seu Art. 206, inciso VI, que deve ser regulamentada por leis específicas. De acordo com Gadotti (2016, p. 37), os artigos 14º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/1996) e 22º do Plano Nacional de Educação (PNE) indicam que os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, “obedecendo aos princípios participativos dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico escolar e a participação das comunidades escolar e local em Conselhos Escolares” (*grifo nosso*).

Vale ressaltar, que a sociedade lutava não só pelo acesso de todo à escola, mas também reivindicava questões como qualidade, permanência e conclusão da escolaridade, como um direito social. Neste período não se cogitava a inclusão do deficiente na rede regular de ensino. Foi à discussão sobre estes princípios que imprimiu a defesa da gestão democrática da escola pública, pois se considerou crise da educação como uma questão de cunho administrativo, o que levou o Estado a atribuir relativa centralidade à gestão da escola na formação de políticas públicas para a educação básica, pois como qualquer instituição a escola tem a necessidade de ser administrada.

Dentro deste cenário, conforme afirma Campos e Mota (2014):

“A gestão democrática torna-se, então, uma luta para modificar as relações sociais na construção de saberes, de forma que, a sociedade civil possa fazer frente a tais mudanças, superando-as. A construção de um País democrático precisa ser repensada e aproximada de concepções democráticas” (p. 11).

Percebe-se que trabalhar com o princípio da democracia significa governar de forma em que a soberania derive do povo e seja exercida por um representante eleito pelo voto popular. Neste contexto, a educação brasileira passou por uma reforma, na qual houve a ruptura de um sistema burocrático e ditatorial, o que deu margem ao compartilhamento das questões educacionais antes centralizadas no governo federal. Essa descentralização conferiu autonomia aos estados e municípios, para que estes passassem a gerir a educação em seus respectivos âmbitos. Essa autonomia aqui, refere-se à dimensão jurídico-administrativa, na qual as competências foram transferidas da administração central e regional com as suas próprias leis, pois a autonomia em relação ao PPP, refere-se à liberdade/capacidade de decisão.

Segundo Thereza Lobo (1990, p. 6) “a descentralização envolve necessariamente alterações nos núcleos de poder, que levam a uma maior distribuição do poder decisório até então centralizado em poucas mãos”. As reformas educacionais dos anos 1990 foi o que concebeu a escola como núcleo de gestão, ou seja, a responsabilidade pelo sucesso ou fracasso das políticas aplicadas na escola, é dos sujeitos que nela estão envolvidos. E para que a escola tivesse sucesso as pessoas com deficiência, deveriam ficar isoladas em salas especiais ou estarem matriculadas em cursos profissionalizantes. Após longos debates, aconteceu uma descentralização administrativa e financeira e uma autonomia pedagógica, esta entendida aqui como a liberdade da escola construir seu próprio PPP com base na sua própria realidade.

O PPP é um dos temas marcantes do debate educacional de hoje, dada a sua importância na construção de escola inclusiva. Arruda (2016, p. 46) afirma que “o projeto político-pedagógico é um documento do qual nenhuma escola seja ela uma pré-escola ou uma universidade pode prescindir, porém poucas são as instituições que se propõem em explicá-lo”. Para que a escola não se realize como instituição isolada das demais instâncias da sociedade, ela precisa que o seu Projeto Político-Pedagógico tenha a sua marca, para que assim ele assuma feições próprias e adquira personalidade (Marques 2000). Ao elaborar o PPP devemos levar em consideração como nos diz Cabral (2014) às diretrizes curriculares nacionais, mas não devemos ficar restritos a elas, pois o PPP deve estar em

consonância com o ideal de uma gestão democrática de ensino, de uma qualidade de ensino e de uma escola inclusiva, que respeite o direito da educação de todos.

O PPP é entendido, como fator primordial de organização do trabalho pedagógico da escola. A elaboração do PPP “parte dos princípios de igualdade, qualidade, liberdade, gestão democrática e valorização do magistério” (Veiga, 2016, p.22), sendo uma ação consciente e organizada. O PPP é um dos instrumentos da gestão democrática e para que esta exista, é necessária a participação democrática, princípio este que possibilita um envolvimento de todos os integrantes da escola no processo de tomada de decisões e no funcionamento da organização escolar, propiciando assim uma maior aproximação entre professores, pais e alunos. Este documento da escola é responsabilidade não apenas de sua direção. Ele deve ser construído em um cenário marcado pela diversidade, no qual todos tenham um espaço onde possam se manifestar.

2.1 Concepção de Gestão Democrática

A gestão democrática da educação está vinculada aos mecanismos legais e institucionais e à coordenação de atitudes que propõem a participação social em várias instâncias como no planejamento e elaboração de políticas educacionais, na tomada de decisões, na escolha do uso de recursos e prioridades de aquisição, na execução das resoluções colegiadas, nas avaliações da escola e da política educacional. A política da universalização do ensino pressupõe que se deve estabelecer como prioridade educacional a democratização do ingresso e a permanência do aluno na escola, assim como a garantia da qualidade social da educação. A atitude democrática é necessária, mas não suficiente. Precisa-se de métodos democráticos, de efetivo exercício da democracia, e isso é um aprendizado que demanda tempo, atenção e trabalho, pois, como aponta Pimenta (2012), ao privilegiar a hierarquia, a escola não conseguiu se transformar num espaço de produção coletiva, onde o trabalho é muito mais de relações de pares e de iguais do que de alguém que decide pelos demais.

Democracia implica autonomia, descentralização do poder e participação. A democratização da gestão da educação atua sempre como um reforço da cidadania, constituindo-se em fator de democratização da gestão municipal como um todo. Nesse sentido, a gestão democrática da educação requer mais do que simples mudanças nas estruturas organizacionais, requerem mudanças de paradigmas que fundamentem a construção de uma proposta educacional e o desenvolvimento de uma gestão diferenciada da que é hoje

vivenciada. O conceito de gestão democrática envolve três ideias básicas: a existência de um PPP da escola; a participação dos atores sociais na elaboração desse projeto e a gestão colegiada da implantação e execução desse projeto, por meio de Conselhos Escolares, nos quais esteja assegurada a representação da comunidade escolar.

2.2 A Importância da Participação

De acordo com Silva (2018), vivemos numa sociedade que não se compadece com uma escola que não evoluiu com o passar do tempo, mas sim exige uma escola ativa, dinâmica e aberta ao meio e a comunidade tem um papel fundamental, que será determinante para o sucesso de qualquer reforma do sistema educativo. Durante muitos anos as relações administrativas dentro das escolas foram regidas pelos parâmetros administrativos das empresas. Assim, pensava-se a escola como uma indústria, na qual apenas o diretor saberia o que era melhor para todos os envolvidos no processo educacional, que, por sinal, era entendido como um processo passivo, no qual os alunos eram entendidos como seres que necessitavam de iluminação, que deveriam apenas absorver o conhecimento que estava sendo exposto. Hoje, devido às mudanças de concepções educacionais, vemos que a escola se distingue das outras organizações empresariais, pois, se por um lado, é nela que se educam os seres humanos, realizando uma ação com implicações ideológicas e políticas, por outro, a maior parte dos educandos tem como objetivo seu próprio desenvolvimento, devendo os profissionais facilitar essa autoconstrução. Para que os profissionais da educação possam, de fato, contribuir nesse crescimento, é necessário entender que, como qualquer organização social, a escola apresenta uma estrutura própria, onde as pessoas ocupam posições definidas.

Para Gadotti (2018) a participação pertence à própria natureza do ato pedagógico, a participação pode apreciar-se na ótica política, como sendo considerada indispensável para a realização da democracia no país também a nível organizacional, nomeadamente na Escola. Mas o que entendemos por participação? A participação em seu sentido pleno se caracteriza por uma força de atuação consciente pela qual os membros de uma unidade social reconhecem e assumem seu poder de exercer influência na determinação da dinâmica dessa unidade, de sua competência e vontade de compreender, decidir e agir sobre questões que lhe são afetas, dando a unidade social vigor e posicionamento firme. A participação significa a intervenção dos profissionais e dos usuários da educação na gestão democrática. Nesse contexto, observa-se a necessidade da (re)elaboração do PPP como um novo instrumento da participação/ inclusão de todos os atores escolares. Devendo ser pautado em fundamentos

epistemológicos, éticos e políticos. Deve existir ainda, uma estreita relação com o currículo que ao mesmo tempo também contribui com os objetivos e as estratégias de ensino e deve ser moldado para que a efetiva inclusão do aluno com deficiência possa ocorrer. O desafio da escola é, pois, definir, construir, buscar o seu papel e vivenciá-lo. O Projeto Político-Pedagógico e a sua relação com a Democracia. Para tal deve respeitar multiculturalidade.

3. Mapeamento metodológico da pesquisa

Para atingir o alvo de interesse da pesquisa, utilizamos a abordagem qualitativa justificando-se tal direcionamento por ser a estratégia que possibilita os dados coletados sejam compreendidos de forma contextualizada e, ainda, por possui um plano investigativo aberto e flexível como no-lo apontam as reflexões de Ludke e André (1986). Em busca de instrumentos necessários para a concretização da mesma, nosso propósito inicial foi procurar um embasamento teórico sobre a questão da Gestão democrática escolar e sobre o Projeto Político-Pedagógico a fim de obter uma bagagem teórica antes de irmos ao campo pesquisado. Ao longo da pesquisa aparecem alguns conceitos que serão definidos segundo alguns teóricos. A relação entre o Projeto Político-Pedagógico, a participação e a gestão democrática escolar são ressaltadas por autores como Campos e Mota (2014), Gadotti (2018), Neves (2011), Silva, J. (2012), dentre outros.

Como campo de pesquisa, selecionamos cinco escola com o número superior a 400 alunos e que possuíssem alunos com deficiência matriculados. Esta foi, pois, a amostra representativa desta mesma área sócio-política, na qual se concentra a maioria da população pernambucana. Juntamente com a necessária adesão das equipes gestoras das unidades escolares que foram contatadas também foram determinantes para a inclusão das escolas na pesquisa os seguintes critérios: i) o diretor ter sido eleito pela comunidade escolar; ii) existência e funcionamento do Conselho Escolar e iii) existência formal do Projeto Político-Pedagógico. Como sujeitos da pesquisa foram considerados os gestores das escolas que, após o devido contato, aceitarem participar da pesquisa, bem como os atores sociais que participaram direta ou indiretamente da construção do PPP das respectivas unidades de ensino. Em vista da obtenção de dados para a consecução dos objetivos propostos para a pesquisa, com tais sujeitos foram realizadas entrevistas semiestruturadas. Intentando envolver o maior número possível de alunos da escola aplicamos questionários com isso abrangemos o maior número possível deste segmento.

A obtenção dos dados foi obtida também por meio de observação não-participante priorizando-se a atuação dos gestores escolares e os demais segmentos da instituição de ensino. Com os dados obtidos, foi necessário analisar os resultados, sistematizar e contextualizá-los. Para dessa forma encontrar elos e distanciamentos entre o que foi expresso nas falas, o que foi exposto no PPP, o que realmente acontece no ambiente escolar e o que afirmam as teorias. Esta análise foi feita à luz do referencial teórico construído no decorrer desta pesquisa e das seguintes categorias de análise: Gestão Democrática da escola e Participação. Essa pesquisa teve como objetivo geral discutir os caminhos que o Projeto Político-Pedagógico vem trilhando no contexto da rede municipal de ensino do Rio de Janeiro. E como objetivos específicos, proporcionamos aos alunos-pesquisadores contatos com entendimentos e práticas de gestão escolares possíveis diferentes leituras ou materializações; bem como analisamos o processo de elaboração e implementação do PPP em escolas da rede municipal de ensino do Rio de Janeiro. Analisamos ainda a função que o PPP tem exercido no processo de democratização da gestão nas escolas municipais do Rio de Janeiro e por fim caracterizamos a participação dos diversos segmentos que compõem a comunidade escolar no processo de elaboração, implementação e avaliação do Projeto Político-Pedagógico nas escolas pesquisadas.

4. Resultados e Discussão

A escola autônoma, democrática, participativa e inclusiva deve sempre procurar envolver os atores sociais principalmente os professores na construção do seu Projeto Político-Pedagógico, pois são eles que estão lidando diretamente com os discentes e a função primeira da escola é proporcionar um ensino de qualidade. Consta aqui uma amostra dos resultados parciais. Por conta das perspectivas das categorias de análises, desenvolveu-se um eixo indicador para analisar os caminhos trilhados pelo PPP na rede municipal de ensino do Rio de Janeiro. Este eixo é o da inclusão efetiva, que se caracteriza como a essência dos processos de democratização da gestão escolar. A observação do cotidiano das escolas tornou-se elemento fundamental para uma compreensão das peculiaridades de cada comunidade escolar pesquisada. Isso nos possibilitou perceber as identidades das escolas e entender seus percursos na elaboração do seu PPP. Com a criação do Projeto Político-Pedagógico, houve então, uma abertura do espaço educativo na escola “MJP” para a inserção das diversas esferas da sociedade, resultando num movimento de autonomia e, por conseguinte, emancipação.

A formulação coletiva do PPP, em 3/5 das escolas pesquisadas ainda é bastante precária. Nessas escolas, predominam o modelo burocrático de gestão: decisões centralizadas

falta de espírito de equipe, docentes ocupados apenas com suas atividades de aula, relação professor versus aluno ainda formais e rígidas por regras disciplinares e nenhum aluno com deficiência matriculado na escola. Percebemos que o modelo adotado pela escola “RAM” é o da administração e não o da gestão, pois se consideramos gestão como um processo de participação coletiva e, desse modo, a sua efetivação na escola pressupõe a criação de instancias colegiado de caráter deliberante. Veremos que isto se encontra ainda muito longe da realidade na escola “RAM”, pois percebemos no discurso da gestora um “EU” muito forte e sempre presente, quando quem faz, ler, decide, escolhe e organiza é ela, então nos perguntamos o que aconteceu com o conceito de Gestão democrática da escola (GDE). Na escola “MJP”, percebemos que o seu PPP realmente abrange esta questão, o seu projeto visa ainda à melhoria da qualidade do ensino. Nesta escola o seu projeto foi construído com a ajuda da comunidade escolar e é reavaliado sempre que preciso desde que isso venha trazer melhorias para a comunidade. Coisa semelhante acontece com a escola “MP”, onde o seu PPP além de ser elaborado por todos é aplicado na medida do possível por todos. Existe uma simbiose entre família e escola todos em busca da melhoria da educação e em construção de um verdadeiro PPP. Estas duas escolas possuem alunos com deficiência matriculados, e os mesmos participam efetivamente das aulas.

Em relação à participação da comunidade nos processos de formulação do PPP. Numa das conversas realizadas, ficou evidente a participação dos sujeitos nas reuniões para a elaboração do projeto, a gestora “AL”, fez questão de sempre ressaltando que **“os pais são muito ativos na escola e que gostam de participar de tudo”**, (Gestora “AL”, dezembro/2018) mas não ficando claras em que ocasiões foram oportunizadas esses espaços de interação. O professor numa nova compreensão do seu papel na atividade cotidiana da escola deve participar, de acordo com a LDBEN – 9394/96, da elaboração do seu projeto pedagógico. Para isso, fez-se necessário saber qual o entendimento do corpo docente sobre Projeto Político Pedagógico (PPP) da instituição. Então, realizou-se uma entrevista com representantes desse segmento, a fim de sabermos até que ponto o mesmo se encontra integrado no processo de elaboração, execução e (re) avaliação do PPP. A primeira pergunta referiu-se às necessidades que nortearam a elaboração do PPP da escola na concepção do professor, que usou como resposta, a necessidade de reunir todo o corpo docente, das diversas áreas e juntamente com toda comunidade escolar, pais, alunos, funcionários elaborarem o projeto. Mesmo não participando de sua construção, resposta dada por quase todos os docentes do universo pesquisado.

Então, realizamos mais duas perguntas, as quais remetiam ao valor que o PPP tem para eles. De que maneira o professor tem acesso ao Projeto durante o ano letivo para efetivar a sua prática pedagógica? A resposta de alguns professores da escola “DB” foi curta e objetiva, “o PPP como está disponível na escola, o professor quando quiser e tiver interesse pode consultá-lo”. Essa resposta mostra uma contradição que se observou durante a pesquisa de campo, pois ao indagar a adjunta se poderíamos analisar o projeto, ela respondeu que o documento se encontra com a gestora e só ela tem a chave da gaveta. E retornando outro dia a fim de vê-lo, a gestora nos mostrou o projeto porém tivemos que lê-lo em sua companhia. Constatamos então, que nesse sentido, a escola deixa não cumprir o seu papel de democratizar o ensino, porque não dispôs da permanência do PPP nas suas dependências para ser consultado e questionado pelos diversos segmentos.

Posteriormente, entrevistamos as gestoras à luz da temática discutida. A primeira pergunta igualmente feita para o professor remeteu-se às necessidades de elaborar o PPP na instituição de ensino. A gestora da escola “RAM” respondeu a forma de organização, passo primordial na escola, pois a partir desse projeto vão ser norteados os projetos educacionais, as ações, as metas que devem ser seguidas. Na fala da gestora pode ser inferida a compreensão do trecho citado da autora Veiga (2013) que diz que o Projeto Político Pedagógico busca um rumo, uma direção, entende-se, portanto, não é neutro na sua totalidade, ele é intencional, possui princípios a serem seguidos. Perguntou-se ainda de que forma os alunos participam da elaboração do PPP?, A gestora da escola “AMC” respondeu que os professores em sala de aula procuram saber dos alunos quais as necessidades eles têm, o que se deve ser trabalhado, entende-se dessa forma que são os docentes que de certa forma intervêm na opinião dos alunos acerca de sua participação no PPP, deixando claro a não participação dos mesmos no processo de construção do projeto. Em seguida indagamos das gestoras, quais os desafios enfrentados pela comunidade escolar na elaboração do PPP, e a gestora da escola “MP” respondeu, que a grande dificuldade “é a questão das famílias, como convidá-las, se muitas resistem a participarem dos eventos da escola”. Ainda lembrou que muitas estão desestruturadas e muitas vezes eles são chamados e não comparecem, vemos, portanto, a necessidade de uma sensibilização maior por parte da gestão escolar em trazer para a realidade da mesma a participação dos pais na integralização entre eles o ambiente escolar.

O que nos chamou a atenção na análise desses dados, após entrevista realizada, foi à disponibilidade e convicção das respostas dadas pela educadora de apoio da escola “MP”, tendo ciência e discernimento do conteúdo trabalhado e sua importância. Pudemos fazer

inferência com algumas citações feitas nesse relatório de forma positiva, de acordo com as questões observadas. Como resposta à primeira questão, a qual tratou das necessidades que nortearam à elaboração do PPP, ela enfatizou o foco de nortear as ações pedagógicas. Ressaltando que o projeto é a vida da escola e que toda organização escolar está no PPP e que sem este projeto a escola não teria como atender as dificuldades apresentadas para alcançar uma qualidade de ensino. Então, ele vai subsidiar as ações pedagógicas, administrativas à comunidade escolar, integrando-as concomitantemente. Nesse aspecto entendemos que a educadora tem noção da importância do projeto e do rumo que ele dá na estrutura organizacional da escola. A educadora de apoio da escola “RAM”, ao responder quais foram às etapas para a elaboração do projeto, disse que o primeiro passo é estudar o Projeto Político-Pedagógico, para em seguida saber e discutir como o mesmo vai ser implementado e introduzido e que se poderá obter com ele durante o ano letivo. Ela foi questionada quanto aos mecanismos utilizados para a sensibilização da elaboração do PPP e respondeu dizendo: “fazendo uso de reuniões de mobilização para motivar a participação de todos os funcionários e professores, leitura de textos sobre o tema e palestras”. Perguntamos a ela também de que forma os alunos participaram da elaboração do PPP e a mesma respondeu dizendo que por representações de salas, não são todos os alunos participantes, até porque seria inviável. Notamos na fala dela uma contraposição em relação à fala do aluno entrevistado, até porque o mesmo como membro do grêmio revelou não fazer parte de nenhuma discussão e de nenhum projeto vivido na escola, contradizendo um dos princípios que embasam a construção do PPP, que é o de todos os sujeitos da escola, sem exceção devem participar de forma autônoma e democrática da elaboração e também da sua implementação.

Por fim, indagamos a educadora de apoio da escola “MP”, se a escola vê o Projeto Político Pedagógico como a resignificação do Planejamento Educacional? Ela respondeu que sim, porque ele norteia a organização da instituição. Antes, a escola era solta, antes do PPP não tinha as amarrações necessárias. Nós temos diretrizes a seguir, ele vai norteando todo o caminho pedagógico, toda a ação pedagógica e também administrativa, política. Ela ressaltou que o projeto não aborda apenas a dimensão pedagógica, como também as dimensões políticas e administrativas, mesmo que a sua nomenclatura não apresente o termo administrativo ainda, porém, já tem instâncias que a usam, como a secretaria municipal de Niterói o engloba, da seguinte maneira: Projeto Político Administrativo Pedagógico (PPAP). O projeto para a educadora, revela um olhar diferente da educação.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de não existir um modelo padrão para a apresentação do PPP. O que é indispensável é que ele apresente estruturas fixas como: marco referencial, diagnóstico e programação ou metas a serem alcançadas. Dentro dessas estruturas devem ser desenvolvidas as dimensões que irão nortear o projeto: pedagógica, jurídica, administrativa e financeira. A construção do PPP também tem como orientadores os princípios da democratização do acesso e da permanência com sucesso do aluno na escola, da gestão democrática, da autonomia, da valorização dos profissionais da educação, da relação entre a escola e a comunidade, da qualidade de ensino para todos e da organização curricular. A construção do projeto deve envolver toda a comunidade escolar. Nesse contexto, o papel do gestor é o de mediador. Ele deve criar espaços para docentes e comunidade escolar se colocarem em relação às questões discutidas e saber escutar os diferentes pontos de vista. O Projeto Político-Pedagógico não deveria representar apenas mais um documento para a escola, pois busca a sistematização do planejamento educacional de modo participativo na busca de aprimorar as ações educacionais, de acordo com Vasconcellos (2017), o PPP, age na tentativa de resignificar coletivamente valores humanista, científico e emancipador presentes no planejamento. Dos autores lidos percebemos argumentos diversos que explicitam a importância do PPP no contexto escolar, evidenciando temáticas como a autonomia, sua organização administrativa e pedagógica e o valor participativo na tomada de decisões.

Na caminhada pela consolidação do PPP, cremos que a valorização da identidade escolar fica explícita quando há a atividade de todos para sua elaboração. Não desconsideremos o fato de que o Projeto Político Pedagógico é um documento elaborado pela escola e para a escola a fim de ser um subsídio norteador para a sua prática em busca da realização de sua função sócio-educativa. Observamos claramente a responsabilidade da escola em desenvolver seu projeto de maneira organizada, visando aproveitar melhor sua autonomia enquanto planejador e executor das ações pedagógicas, administrativas e financeiras previstas em lei. O PPP pode assim ser entendido, então, como um processo realizado de maneira conjunta por todos os segmentos da escola, no sentido de atender às diretrizes do sistema nacional de Educação, bem como às necessidades locais e específicas da clientela da escola. A escola deve ter definida, para si mesma e para sua comunidade escolar, uma identidade e um conjunto orientador de princípios e de normas que iluminem a ação pedagógica cotidiana.

Terminada a pesquisa, encontramos resposta às nossas perguntas primeiras, as quais nos propomos estudar no início deste trabalho. Com as nossas visitas ao campo e as

entrevistas com os gestores, concluímos que existe uma centralização na tomada de decisões na maioria das escolas observadas e o que nos permitiu chegar a tal conclusão foram às falas dos próprios sujeitos e a realidade do cotidiano que mostraram a ausência de uma democracia de fato. Esta entendida aqui, como um dispositivo que envolve todos os atores sociais envolvidos no processo educativo, na definição do rumo/da identidade da escola. Existe uma participação formal e indireta. Primeiramente, concebemos que a participação permite controlar diferentes tipos de poder e orienta a gestão no sentido da livre expressão de ideias e projetos, de forma a enriquecer o processo de tomada de decisões. Neste sentido, existem formas e tipos de participação na escola e classificamos em caráter didático a participação existente no campo de pesquisa de duas formas: formal e indireta. Formal no sentido de obedecer às orientações legais decretadas e devidamente estruturada nos documentos que regulam a educação. Esse tipo de participação é visto na proposta pedagógica, quando cita os nomes dos sujeitos envolvidos no processo de elaboração do PPP, embora não haja uma ação concreta deles como observamos em 3\4 das escolas pesquisadas. Por outro lado, é indireta porque se dá através de representantes dada à impossibilidade da participação de todos no processo de tomada de decisões.

Embora, a instituição “DB” não favoreça o envolvimento na partilha das decisões, percebemos na análise do PPP, alguns elementos como currículo, metodologia, planos de ação estando direcionados à realidade do aluno, a fim de formar cidadãos críticos que possam agir na transformação da sociedade. Mas nesse aspecto também reside uma contradição, porque quando a escola assume a responsabilidade de atuar na transformação e na busca do desenvolvimento social, seus agentes devem empenhar-se na elaboração de uma proposta para a realização desse objetivo e essa proposta ganha força na construção de um PPP coletivo. Apesar do discurso da gestora da escola “DB” se afirmar como altamente democrático, o cenário da Escola Estadual é marcado pela centralização e não democratização, o que é contrário ao objetivo do projeto político-pedagógico que é promover permanente discussão dos problemas da escola com os membros da comunidade escolar e não apenas ser construído e arquivado ou encaminhado às autoridades educacionais como prova do cumprimento de tarefas burocráticas. Percebe-se assim, que ainda não foi quebrada a verticalização administrativa. Prevalece a relação hierárquica de mando e não uma integração horizontal da comunidade local nas atividades educativas promovidas na escola.

Esta pesquisa foi o ponta pé inicial na jornada que busca elencar as formas de exclusão dos alunos com deficiência nas escolas municipais do Rio de Janeiro, além evidenciarmos que os PPP's das escolas nada trazem sobre a inclusão, buscaremos em próximos trabalhos analisar os regimentos escolares, metodologias utilizadas pelos professores, layout das escolas com base no desenho universal, com o objetivo de fornecer um ambiente acessível e seguro para os alunos com deficiência do Rio de Janeiro.

Referências

- Arruda, J. (2016). *Gestão escolar um olhar em construção*. (2. ed.). Recife: Paulus.
- Brasil, Senado da República. (1988, 05 de outubro). Constituição República Federativa do Brasil. *Diário Oficial da União*, (191-A), 1 - 32.
- Lei nº 9.394. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Publicada no Diário Oficial da União, de 23 de dezembro de 1996. Brasil.
- Cabral, A. (2014). *Notas para uma discussão contextualizada sobre o Projeto Político-Pedagógico*. Natal/RN: EDUFRRN.
- Campos, E. de S; Mota, M. L. de B. (2014). *Reflexões sobre o processo de gestão participativa*. Natal/RN: EDUFRRN.
- Gadotti, M. (2016). *Perspectivas atuais da educação*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul.
- (2018). *Autonomia da escola: princípios e propostas*. São Paulo: Cortez.
- Lobo, T. (1990). *Descentralização: conceitos, princípios, prática governamental*. São Paulo: C&P.
- Lüdke, M.; André, M. (1986). *Pesquisa em educação abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU.
- Pimenta, S. G. (2012). *De professores, pesquisa e didática*. Campinas: Papirus.

Silva, J. M. da. (2018). *Autonomia da escola pública: a re-humanização da escola*. Campinas: Papyrus.

Vasconcellos, C. S. (2015). *Planejamento: Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político Pedagógico*. São Paulo: Libertad.

(2017). *Projeto Político-Pedagógico da escola: Uma construção coletiva*. Campinas/SP: Papyrus.

Porcentagem de contribuição de cada autor no manuscrito

Ana Lúcia Costa do Nascimento – 50%

Artur Maciel de Oliveira Neto – 50%